

FALA CURITIBA

Adriane Cristina dos Santos¹

1. INTRODUÇÃO

O Programa Fala Curitiba, atualmente em sua primeira edição, é o resultado dos esforços e aspirações de um grande número de servidores da Prefeitura Municipal de Curitiba, além da expectativa da população por uma prática que satisfaça suas necessidades de maneira mais efetiva. Movimentando os 75 bairros da cidade, esse novo modelo de Consulta Pública inaugura uma fase em que a população participa de maneira decisiva da construção das peças orçamentárias do município – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Atendendo a uma determinação do Estatuto das Cidades e da Lei de Responsabilidade Fiscal, as consultas públicas para a construção do orçamento modificaram seu formato com o passar dos anos – tratavam-se de simples reuniões, duas vezes ao ano em que a população expunha necessidades, desejos, e, em alguns casos, queixas, em relatos ao microfone e até mesmo em meios mais contemporâneos, como enquetes telefônicas, pela internet e em mídias sociais.

Essa tentativa de melhorar a comunicação com o público acabava sempre por responder a anseios individuais, por comunicar previsões de

atendimento ou por justificar obras ou serviços solicitados anteriormente e ainda não implantados. Esses modelos anteriores, apesar de constantemente modificados, atraíam sempre o mesmo tipo de público: líderes comunitários que, empoderados pelo título a eles atribuído, defendiam causas nem sempre coletivas; em alguns casos se propunham a fins diferentes dos interesses do conjunto de moradores que representavam.

Com um formato que multiplique o número de encontros, que exiba informações sobre como se definem os gastos do dinheiro público, que explique as etapas posteriores desse processo e que busque esclarecer os limites orçamentários, jurídicos e técnicos da administração municipal, avança-se na direção de participação qualificada e coerente.

Assim, o Programa Fala Curitiba tem como objetivos: qualificar a participação da população; atender a uma demanda por inovações substantivas advinda do descontentamento com os modelos anteriores; proporcionar a participação de diferentes pessoas, isoladamente ou em grupo; priorizar medidas, passando do querer e da necessidade individual

¹ Professora de Educação Física, Coordenadora Técnica da Diretoria de Planejamento e Inovação (IMAP). E-mail: adrsantos@imap.curitiba.pr.gov.br. Telefone: (41) 3350-9554. Endereço: Av. João Gualberto, 623. Alto da Glória, Curitiba, PR. CEP 80030-080

para a prioridade coletiva e consensual do bairro; e fortalecer o papel da administração municipal para com os curitibanos, apesar dos obstáculos impostos pelo cenário econômico desfavorável e pelo descrédito com as funções públicas.

2. DESENVOLVIMENTO

Diante dos objetivos pretendidos, o programa realizou-se por meio de quatro fases, assim descritas:

2.1. Primeira fase

Na primeira fase foram organizadas pequenas reuniões nas administrações regionais. A divulgação aconteceu com o uso de banners e filipetas distribuídos em locais de grande fluxo nos bairros, equipamentos públicos e casa a casa; em mídia embarcada, nos ônibus e terminais de transporte público; e também por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens rápidas.

As reuniões iniciaram-se com o acolhimento da plateia, acomodada em formato de auditório, pelo Administrador Regional, seguido por uma apresentação institucional de três vídeos:

O primeiro apresentava uma fala do prefeito Rafael Greca reforçando a importância da participação e convidando a população a fazer parte do Programa Fala Curitiba.

O segundo buscava desmistificar e explicar, de maneira didática, o significado e o encadeamento das peças orçamentárias PPA, LDO e LOA.

O terceiro informava sobre o processo metodológico do Programa.

Na sequência, os moradores foram convidados a integrar grupos de discussão organizados por temas referentes às políticas públicas (saúde, educação, meio ambiente, entre outros), dependendo de suas escolhas prioritárias. A

escolha foi feita por meio de uma ficha preenchida com dados pessoais na qual era possível classificar três assuntos de acordo com a prioridade, sendo que o primeiro listado direcionava o participante ao respectivo grupo temático para efetivar sua participação.

Em alguns minutos de conversa, um técnico da área ouviu as solicitações individuais e encaminhou três ações prioritárias que atendessem à coletividade. Essas prioridades foram então apresentadas à plateia, novamente reunida ao final das discussões dos grupos temáticos.

Os grupos se organizaram nos espaços físicos disponíveis, formando pequenos círculos no próprio auditório, ou reunindo-se em salas isoladas por tema.

2.2. Segunda fase

Na segunda fase reuniram-se as prioridades de cada área e, na Administração Regional, sem a presença da comunidade, as ações foram escolhidas por critérios técnicos, orçamentários e jurídicos. Os núcleos regionais responsáveis pelas políticas públicas específicas analisaram, em conjunto com o nível central de seus órgãos ou entidades, as demandas de cada área de atuação, e as classificaram em quatro categorias, divididas por dificuldade de execução:

1. impossíveis de serem realizadas no momento – dadas as devidas justificativas;
2. a serem realizadas no trabalho sistemático do órgão ou entidade;
3. a serem realizadas por outras instituições que não a prefeitura;
4. a serem indicadas para a LOA 2018.

Vale ressaltar duas questões que emergiram nesta fase de análise:

As políticas públicas que ainda não possuem estrutura regionalizada foram convocadas a participar do processo, por meio de gestores, classificando as demandas e reportando o resultado às administrações municipais.

A maior demanda foi “pavimentação”, que recebeu um tratamento especial. Como já existia um processo em andamento de captação de recursos junto ao Governo do Estado e um Plano de Gestão da Malha Viária, optou-se pela utilização destes dois instrumentos, para que o processo do Fala Curitiba não resultasse apenas numa listagem de ruas a serem requalificadas.

Dessa maneira, chegou-se a um número médio de vinte ações prioritizadas por região (foram consideradas as prioridades “a serem indicadas para a LOA 2018”), resultando em uma cédula de votação e um edital que apresentou as demais prioridades coletivas devidamente classificadas e justificadas, organizadas e sistematizadas para a utilização nas pré-consultas.

2.3. Terceira fase

Na terceira fase aconteceu uma pré-consulta por administração regional. Antes mesmo de as reuniões terem início, o edital de classificação das prioridades coletivas já estava disponível para consulta, fixado em local de fácil visualização.

Nesta fase, seguiram-se os próximos passos:

1. As vinte ações prioritizadas foram apresentadas, uma a uma, detalhadamente.
2. O administrador regional direcionou a palavra aos participantes da reunião em defesa e esclarecimento das prioridades.
3. As cédulas de votação foram então entregues, com voto limitado a dez prioridades.

Por fim deu-se a contagem dos votos, feita de maneira transparente, no próprio local da reunião e com a presença dos participantes. Um gestor da administração regional realizou a leitura dos votos em voz alta com o registro por escrito, por parte de outro gestor da administração regional. As pessoas da comunidade foram convidadas a acompanhar o processo ao lado dos gestores.

2.4. Quarta fase

Na quarta fase foram realizadas as consultas públicas oficiais para a LOA e o PPA, nas quais as dez ações selecionadas foram novamente apresentadas e colocadas em votação. Além da votação presencial nas reuniões, nos dias antecedentes foi disponibilizada também a votação pela internet: o site do Fala Curitiba dispunha um link para os sistemas LOA e LDO, com o objetivo de disponibilizar as prioridades, possibilitando a escolha de cinco entre as dez prioridades apresentadas, conforme o endereço fornecido.

Na noite da consulta oficial, as reuniões se deram nos moldes da terceira fase (pré-consultas). Após os trâmites legais de leitura do termo de abertura, apresentaram-se as dez ações selecionadas e seus devidos detalhamentos; em seguida o administrador regional abriu a possibilidade de defesa por parte dos participantes. Foram entregues as cédulas de votação e os resultados da internet foram somados aos presenciais, chegando-se ao resultado final.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas 60 reuniões nos bairros ocorridas na primeira fase, foi possível detectar que um dos objetivos foi facilmente atendido: as indicações coletivas tomaram o lugar dos desejos e

necessidades individuais com a escuta atenta dos mediadores de grupo, a partir do entendimento de que em um cenário adverso é imperativo se pensar no coletivo, numa razão de cinco prioridades coletivas para uma necessidade individual. No total, participaram 4.185 pessoas em 392 grupos de discussão.

Na segunda fase, as 978 demandas coletivas foram reduzidas a 193. Vale ressaltar que a partir desse processo emergiram consequências positivas não planejadas, sendo:

1. A aproximação dos níveis descentralizados com os níveis centrais das políticas públicas na indicação e discussão de suas reais necessidades e devidos limites de execução;
2. O detalhamento técnico das outras 785 ações solicitadas justificando aos participantes os motivos pelos quais algumas dessas solicitações não poderiam ser atendidas.

Com o avanço do Programa Fala Curitiba, as 193 ações passíveis de indicação para compor as peças orçamentárias foram expostas e democraticamente defendidas pelos grupos que as indicaram, num novo uso do espaço para fala nas reuniões com a população. Elas foram então reduzidas a 104 através da votação de 1.051 pessoas.

Com o intuito de facilitar a participação e disseminar informações a respeito do programa, foi disponibilizado um site em que os visitantes puderam acessar gráficos representativos dos resultados até então obtidos, fotos dos encontros, calendário das reuniões e uma enquete para a escolha de cinco dentre dez prioridades indicadas para a região de seu endereço residencial.

Por fim, com a edição do novo modelo foram realizadas dez reuniões regionalizadas,

atendendo a exigência legal, com a participação de 1.338 pessoas que elegeram 52 demandas coletivas, cujo detalhamento técnico, com os resultados parciais de todas as fases do programa, são apresentados no Anexo I deste documento.



Figura 1: Infográfico Fala Curitiba

